

## **Políticas Públicas LGBTQIAP+ no Brasil e no Pará: tensões, desafios e perspectivas**

Marcos Fabrício da Costa Mattos<sup>1</sup>

Bruno Rafael Dias de Lucena<sup>2</sup>

Maria do Socorro Rayol Amoras<sup>3</sup>

Marinalva Cardoso Maciel<sup>4</sup>

**Resumo:** Mesmo com grandes avanços no campo dos Direitos Humanos ao final do século XX e na primeira década do século XXI, houve um crescimento exponencial na incidência de violências LGBTIfóbicas, destacando-se o ódio e a fobia institucionais. Esse cenário suscita a necessidade de investigar, ampliar e qualificar as discussões sobre as demandas da população LGBTQIAP+, compreendendo-as na perspectiva dos Direitos Humanos legalmente reconhecidos. Assim, este artigo faz parte de uma pesquisa maior, de natureza exploratória, com caráter bibliográfico e documental sobre uma determinada realidade social. Inicialmente, o texto apresenta as nomenclaturas mais atuais sobre sexo biológico e identidades sexuais e em seguida são descritas as políticas públicas, com prioridade nas áreas da saúde e segurança, dando destaque ao Caso do Pará. Em seguida, discute-se, à luz da Teoria dos Roteiros Sexuais, os entendimentos existentes e as possibilidades quanto à orientação sexual e identidade de gênero, além dos fatores que contribuem para a perpetuação da invisibilidade. Observou-se recorrentes ataques de líderes partidários e religiosos, bem como representantes institucionais, à população LGBTQIAP+, incluindo as dificuldades impostas à atuação de estudiosos que buscam embasamento para interpretar as problemáticas dessa realidade, as quais implicam no "apagamento social" dessas identidades dissidentes. Logo, a ausência informacional, causada pelos acometimentos institucionalizados, negligência a formulação e a divulgação de indicadores que possam servir como instrumentos necessários à materialização de políticas públicas que orientem a elaboração de programas e planos inclusivos e afirmativos.

**Palavras-chave:** Direitos humanos. Violências institucionais. Teoria dos roteiros sexuais. Orientação sexual. Identidade de gênero.

<sup>1</sup> Mestre em Administração (UFPA). Universidade Federal do Pará. E-mail. [marcosmattos00@gmail.com](mailto:marcosmattos00@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutor em Eng. de Produção (PUC-Rio). Universidade Federal do Pará. E-mail. [brunolucena@ufpa.br](mailto:brunolucena@ufpa.br)

<sup>3</sup> Doutora em Ciências Sociais (UFPA). Universidade Federal do Pará. E-mail. [samoras@ufpa.br](mailto:samoras@ufpa.br)

<sup>4</sup> Doutora em Economia (UFPB) Universidade Federal do Pará. E-mail. [nalva@ufpa.br](mailto:nalva@ufpa.br)

Enfrentar a exclusão social exige intervenções que garantam a autonomia sobre o corpo e a dignidade de grupos marginalizados. No Brasil, apesar de avanços nos Direitos Humanos, a violência contra a população LGBTQIAP+ cresce, impulsionada por setores ultraconservadores. A LGBTIfobia não ocorre isoladamente, mas intersecciona-se com racismo, machismo e outras formas de discriminação.

ONGs e coletivos apontam que os dados oficiais não refletem a realidade da violência contra LGBTQIAP+, devido à subnotificação e barreiras institucionais. A falta de estatísticas adequadas impacta a elaboração de políticas eficazes, comprometendo direitos fundamentais como saúde, educação e moradia.

Desde os anos 1990, movimentos sociais e lideranças políticas lutam para garantir dignidade e reconhecimento. A invisibilidade estatística reforça a negligência estatal, tornando urgente um levantamento histórico crítico sobre essa população e suas demandas.

Para formular políticas eficazes para LGBTQIAP+, é essencial sistematizar dados demográficos, econômicos e sociais (PDL nº 31/2023, p. 13). No entanto, a ausência de dados dificulta a implementação de ações eficazes. Assim, este artigo investiga o seguinte problema: como a falta de dados e o apagamento institucional impactam a formulação e execução de políticas públicas para a população LGBTQIAP+ no Brasil? O objetivo do artigo é analisar as lacunas na produção de informações sobre essa população e suas consequências para a implementação de políticas inclusivas e afirmativas.

O estudo utiliza a Teoria dos Roteiros Sexuais (Gagnon, 2006), que analisa a sexualidade como fenômeno socialmente construído em três níveis: intrapsíquico, interpessoal e cultural. Essa teoria orienta a investigação sobre os impactos da invisibilidade institucional e a formulação de políticas inclusivas.

A pesquisa tem caráter exploratório, com abordagem qualitativa, bibliográfica e documental, baseada em normativas institucionais (portarias, decretos, relatórios). O texto está estruturado em duas subseções: a primeira aborda nomenclaturas sobre

identidade de gênero e orientação sexual; a segunda analisa políticas públicas de saúde e segurança, embasadas em legislação e estudos.

Por fim, à luz da Teoria dos Roteiros Sexuais, este estudo reflete sobre as possibilidades de respostas institucionais para a inclusão da população LGBTQIAP+, visando políticas públicas mais eficazes.

### **Direitos Humanos, Orientação Sexual e Identidade de Gênero no Brasil: Marcos Legais e o PNDH**

Sendo signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Brasil adere a tratados internacionais que garantem liberdade e dignidade, incluindo direitos relacionados à orientação sexual e identidade de gênero. Entre os principais documentos estão:

I. Os Princípios de Yogyakarta (2007), que estabelecem a obrigação dos Estados de adotar medidas legislativas e administrativas para reconhecer legalmente a identidade de gênero autodefinida e proteger contra violência e assédio relacionados à orientação sexual e identidade de gênero.

II. A Resolução da ONU “Direitos Humanos, Orientação Sexual e Identidade de Gênero” (2011), que reafirma a proibição da discriminação e expressa preocupação com atos de violência e discriminação motivados por essas características (ONU, 2011).

III. A Resolução da OEA - AG/RES-2435 (XXXVIII-O/08), que determina que os Estados garantam que seus sistemas político-jurídicos reflitam a diversidade social, atendendo às necessidades legítimas de toda a população (OEA, 2008).

Em razão do contexto que se insere, o primeiro documento oficial do Brasil a reconhecer publicamente os homossexuais no campo da promoção dos Direitos Humanos foi o Programa Nacional de Direitos Humanos I (PNDH I), elaborado em 1996. Este plano abriu caminho para a necessária mudança de modelo político nos âmbitos legislativo e administrativo, conferindo à União um papel central nos Direitos

Humanos, elevando-o ao mesmo nível das demais áreas sociais constantes da Constituição de 1988: Saúde, Educação, Previdência, Esportes, Cultura e Trabalho.

Assim, apesar da iniciativa tímida, o plano não deixou de contemplar a população LGBTQIAP+, conforme consta no Eixo "Proteção do Direito à Vida", que estabelece como meta de curto prazo a "Segurança das Pessoas": “Apoiar programas para prevenir a violência contra grupos em situação mais vulnerável, como crianças e adolescentes, idosos, mulheres, negros, indígenas, migrantes, trabalhadores sem-terra e homossexuais”.

No Eixo Temático "Proteção do Direito a Tratamento Igualitário Perante a Lei; Direitos Humanos, Direito de Todos", com a meta de curto prazo:

Propor legislação proibindo todo tipo de discriminação, com base em origem, raça, etnia, sexo, idade, credo religioso, convicção política ou orientação sexual, e revogando normas discriminatórias na legislação infraconstitucional, de forma a reforçar e consolidar a proibição de práticas discriminatórias existente na legislação constitucional (Brasil, 1996).

Nessa perspectiva, foi criado o Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD) em 2001 e elaborou-se o PNDH II em 2002, avançando em termos de propostas de ações, promoção e proteção de Direitos Humanos direcionadas à população LGBTQIAP+.

### **Políticas Públicas e Avanços Legislativos no Brasil**

A partir de 2003, a articulação entre LGBTQIAP+ e Direitos Humanos ganhou novo impulso com: 1) a criação da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR), que passou a ter status de ministério e incorporou o Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD); e 2) a formação de um grupo de trabalho para elaborar um plano de combate à homofobia (Facchini, 2009).

Em 2004, o Governo Federal, durante a gestão do Partido dos Trabalhadores

(PT), lançou o Plano de Combate à Discriminação contra Homossexuais (Brasil, 2004), com a SEDH/PR e o CNCD criando o “Programa Brasil sem Homofobia” (DHNET, [2024]). O programa incluiu ações nas áreas de saúde, educação, segurança, justiça e cultura, com apoio de ONGs e movimentos sociais.

O Programa Brasil sem Homofobia foi a primeira política pública voltada para a população LGBTQIAP+ no Brasil e na América Latina, mas sua implementação ainda era limitada. Entre suas realizações, destaca-se o Seminário Nacional de Saúde da População LGBTQIAP+, em 2007, que permitiu a avaliação das iniciativas em andamento.

Entre as conquistas, mencionam-se a inclusão das lésbicas nas políticas de saúde da mulher, o processo transexualizador no SUS, o direito ao uso do nome social nos cadastros do SUS e a representação no Conselho Nacional de Saúde. Destacam-se também o Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de AIDS e o Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de AIDS e DST entre gays, HSH e travestis.

Em novembro de 2007, a 13ª Conferência Nacional de Saúde abordou a inclusão de orientações sobre sexualidade e identidade de gênero nas políticas públicas, práticas de educação permanente para profissionais de saúde e mudanças nos sistemas de informação do SUS.

Além disso, a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) representou um avanço, incorporando travestis e transexuais ao combate à violência contra mulheres.

Art. 2ª Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidade para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social (Brasil, 2006).

Em seguida, no ano de 2007, outro marco legal foi o PNDH III, que apresentou



os seguintes Eixos Orientadores:

III-Universalizar Direitos em um Contexto de Desigualdades", especificamente a "Diretriz 10: Garantia da Igualdade na Diversidade", que enfatizou no seu "Objetivo Estratégico 1: Afirmação da Diversidade para a Construção de uma Sociedade Igualitária", a necessidade de implementar "campanhas e ações educativas" na esfera federal, estadual e municipal para a conscientização das diferenças étnico-racial e, sobretudo, de identidade de gênero e orientação sexual.

IV-Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência", Diretriz 13: Prevenção da Violência e da Criminalidade e Profissionalização da Investigação de Atos Criminosos", especificamente no "Objetivo Estratégico 4: Fortalecimento dos Instrumentos de Prevenção à Violência" que visa o planejamento e implementação de políticas públicas preventivas a toda forma de violência étnico-racial, geracional, de gênero e orientação sexual, e ainda, pesquisas anuais sobre vitimização. Conectado ao "Objetivo Estratégico 5: Redução da Violência Motivada por Diferença de Gênero, Raça ou Etnia, Idade, Orientação Sexual e Situação de Vulnerabilidade", tratando a violência como uma questão de saúde pública, como está previsto pela Organização Mundial de Saúde (OMS) (Brasil, 2009a).

Dando prosseguimento às diretrizes de governo expressas no Programa Brasil sem Homofobia, coordenado pela SDH/PR e atualmente incorporado ao PNDH III, o Ministério da Saúde apresentou a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, instituída pela Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011 (Brasil, 2011a). Com o apoio do Comitê Técnico de Saúde da População LGBTQIAP+, essa política tem o objetivo estratégico de elaborar políticas específicas para o Sistema Único de Saúde (SUS). A Política Nacional de Saúde LGBTQIAP+ é um divisor de águas para as políticas públicas de saúde no Brasil e um marco histórico no reconhecimento das demandas desta população em situação de vulnerabilidade. É também um documento norteador e legitimador de suas necessidades e especificidades, em conformidade com os postulados de equidade previstos na Constituição Federal e na Carta dos Usuários do Sistema Único de Saúde (Brasil, 2013, p. 6).

Em 2012, encerrando esse panorama cronológico dos direitos da população LGBTQIAP+ no cenário nacional e internacional, foi elaborado o documento Nascidos

Livres e Iguais - Orientação Sexual e Identidade de Gênero. No ano de 2013, o Brasil passou a utilizar esse documento para enfatizar a necessidade básica dos Direitos Humanos, isto é, a igualdade e a não discriminação, amparada na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Além disso, é fundamental destacar a formulação do Plano Nacional LGBT, a criação da Coordenação Geral de Promoção dos Direitos LGBT e a realização das Conferências Nacionais LGBT, que consolidaram a participação social e a institucionalização de políticas voltadas para essa população. Essas iniciativas demonstram a ampliação do reconhecimento dos direitos LGBTQIAP+ no Brasil, ainda que enfrentem desafios políticos e institucionais. Para um complemento cronológico sobre essa trajetória, ver Feitosa (2016), que apresenta uma análise detalhada das políticas públicas voltadas para os direitos humanos da população LGBT no Brasil.

Posterior e paralelamente, na seara jurídica, o Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria, em 13 de junho de 2019, julgou procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) por omissão nº 26 (Brasil, 2019a), para dar interpretação conforme à Constituição, em face dos mandados constitucionais de incriminação inscritos nos Incisos XLI e XLII do Art. 5º da Constituição Federal (CF), para enquadrar a homofobia e a transfobia, qualquer que seja a forma de sua manifestação, nos diversos tipos penais definidos na Lei nº 7.716/1989 – Lei de racismo (Brasil, 1989) – até que sobrevenha legislação autônoma, editada pelo Congresso Nacional (Brasil, 2019c). Em 2023, tais atos passaram a ser reconhecidos como crime de injúria racial, conforme Mandado de Injunção MI-4.733 (Brasil, 2019b).

Vale ressaltar que, em 5 de maio de 2011, o STF, por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) 4.277 (Brasil, 2011b), reconheceu a união estável entre casais homossexuais. E, após dois anos, em maio de 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou uma resolução obrigando todos os cartórios civis a realizar o casamento ou a converter a união estável homoafetiva em casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Desde março de 2015, a adoção por casais homoafetivos é reconhecida no país como adoção homoparental, conforme o entendimento do STF de que “o conceito de família não pode ser restrito a casais heterossexuais”. No Brasil, a adoção é regida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, alterado pela Nova Lei da Adoção, Lei nº 12.010/09, que, no artigo 42, estabelece os requisitos para o deferimento da adoção, sem fazer ressalvas sobre a orientação sexual dos adotantes (Brasil, 2009b). Para suprir essa lacuna e tornar a ordem jurídica mais justa, grande parte do Poder Judiciário tem se orientado pelo realismo jurídico, que busca adequar o direito à realidade social. Nesse sentido, diversas decisões têm reconhecido a união estável de casais homossexuais e deferido pedidos de adoção por eles (Ribeiro, 2019).

O documento destaca a homofobia arraigada em muitas sociedades como um dos problemas mais graves a ser enfrentado, associada também à "falta de proteção jurídica", o que reforça a discriminação contra as pessoas LGBTQIAP+ e resulta no aumento das violações dos seus Direitos Humanos. Abaixo, uma de suas cinco recomendações:

Proteger as pessoas da violência homofóbica e transfóbica. Incluir a orientação sexual e a identidade de gênero como características protegidas por leis criminais contra o ódio. Estabelecer sistemas efetivos para registrar e relatar atos de violências motivados pelo ódio. Assegurar investigação efetiva, instauração de processo contra perpetradores e reparação das vítimas de tal violência. Leis e políticas de asilo devem reconhecer que a perseguição de alguém com base em sua orientação sexual ou identidade de gênero pode ser um motivo válido para um pedido de asilo (ONU, 2023, p. 13).

Apesar de significativos progressos institucionais, como a criação do Programa Brasil sem Homofobia e a implementação de leis como a Maria da Penha, ainda há um longo caminho para que essas políticas se consolidem efetivamente no cotidiano da população. As conquistas alcançadas, especialmente nas áreas de saúde e segurança, são fruto de articulações entre governo, ONGs e movimentos sociais, mas a permanência de lacunas, tanto na execução das ações quanto no enfrentamento da violência, demonstra a



necessidade contínua de aprimorar as práticas e ampliar o alcance dessas políticas. O reconhecimento formal dos direitos LGBTQIAP+ é um passo crucial, mas a transformação social demanda um esforço contínuo de conscientização, fortalecimento institucional e monitoramento das políticas públicas.

### **O Estado do Pará e as Políticas de Combate à LGBTIfobia**

Paralelamente ao contexto nacional apresentado, destaca-se o Estado do Pará que, no ano de 2007, lançou seu Plano Estadual de Enfrentamento à LGBTIfobia (Pará, 2021). Assim, no âmbito da institucionalização de serviços direcionados aos LGBTQIAP+, foram criados em 2007 a Coordenadoria de Proteção à Livre Orientação Sexual (CLOS), conforme o art. 3º, IV, a - da Lei nº 7.029/2007 (Pará, 2007), sediada na Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Pará (SEJUDH/PA), com o objetivo de desenvolver formulações de políticas públicas de proteção e defesa dos Direitos Humanos LGBTQIAP+, e o Centro de Referência de Prevenção e Combate à Homofobia (ANADEP, 2009), a partir do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos (NDDH/PA) da Defensoria Pública do Estado do Pará, composto por uma equipe multidisciplinar com o objetivo de realizar atendimentos especializados e assistência jurídica aos usuários LGBTQIAP+.

Diante de alguns avanços, no que concerne ao diálogo com o governo da época, o movimento de enfrentamento à homofobia, composto pelas organizações da sociedade civil, conseguiu um marco histórico para a cidadania LGBTQIAP+ paraense: a realização da I Conferência Estadual LGBTQIAP+ em abril de 2008. A partir dessa conferência, foi criado o Programa Pará sem Homofobia (Pará, 2008), com o mesmo viés do Programa Nacional Brasil Sem Homofobia, mas adaptado às peculiaridades da região Norte. O programa focava nas políticas de enfrentamento à homofobia e à AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), que eram demandas prioritárias nas áreas de segurança e saúde, respectivamente.

Assim, na área da Segurança Pública no Estado do Pará, foi criado pela Resolução 155/2010 – CONSEP (Pará, 2010), o Comitê Gestor do Plano Estadual de Segurança Pública de Combate à Homofobia, vinculado ao Conselho Estadual de Segurança Pública. O objetivo desse comitê era realizar ações de sensibilização e qualificação dos órgãos de Segurança Pública. Em seguida, foi criada a Diretoria de Atendimento a Grupos Vulneráveis (DAV), em parceria com a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP/PA), por meio da Portaria nº 105/2012 (Pará, 2012a) da Delegacia Geral de Polícia Civil. Essa portaria instituiu a Divisão Especializada no Combate aos Crimes Discriminatórios e Homofóbicos (DECCDH), com a finalidade de apurar crimes homofóbicos praticados contra a população LGBTQIAP+ (Farias, 2017, p. 44).

A Polícia Civil do Estado do Pará, instituiu a Portaria nº 362/2012 de 19 de outubro de 2012 (Pará, 2012b), na qual determina, que, por ocasião de atendimento nas unidades policiais com pessoas travestis e transexuais, os policiais civis e demais servidores lotados na Polícia Civil do Pará deverão tratá-las pelo Nome Social, isto é, o nome indicado por elas na identificação pessoal. Também no âmbito da Segurança Pública no Pará foi oficializado a emissão e utilização da carteira com Nome Social (Registro de Identificação Social) para pessoas travestis e transexuais no território paraense. O Decreto nº 726 de 29 de abril de 2013 é respaldado pelo Conselho Estadual de Segurança Pública – CONSEP-Pará (Pará, 2013).

A Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC) também instituiu a Portaria 016/2008 – GS, destacando o Pará como o primeiro estado do país a estabelecer, em todas as unidades escolares da rede pública estadual, o registro do pré-nome social de travestis e transexuais no ato da matrícula dos alunos. Este pré-nome social deve ser inserido nos formulários e sistemas de informação utilizados nos procedimentos de matrícula, registro de frequência, avaliação e similares.

No âmbito da saúde, foi criado o Grupo de Trabalho de Interlocução da Secretaria de Saúde do Estado do Pará (SESPA) e das Instituições da Sociedade Civil

Organizada, incluindo representantes do Movimento LGBTQIAP+ do Estado do Pará e do Fórum de ONGs HIV/AIDS/HV, por meio da Portaria nº 960, de 10 de setembro de 2014 (Pará, 2014a). O objetivo do grupo é discutir a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBTQIAP+). Posteriormente, foi criado o Comitê Técnico Estadual de Saúde da População LGBTQIAP+, conforme o anexo da Resolução nº 147, de 07 de outubro de 2014 (Pará, 2014b), com a finalidade de elaborar um plano de trabalho baseado nas deliberações e diretrizes nacionais de combate à LGBTIfobia e promoção da cidadania LGBTQIAP+.

Percebendo a carência e a necessidade de uma rede de amparo e cuidado mais eficaz para este grupo vulnerabilizado, foram propostas ações para modificar o Censo Demográfico, a fim de obter dados sobre a população LGBTQIAP+. Em consonância com as legislações, tratados e planos citados anteriormente, a SEDH/PA promulgou as seguintes normas jurídicas: Resolução nº 11, de 18 de dezembro de 2014 (Brasil, 2014), que estabelece os parâmetros para a inclusão dos itens "orientação sexual", "identidade de gênero" e "nome social" nos boletins de ocorrência emitidos pelas autoridades policiais no Brasil; e a Resolução nº 12, de 16 de Janeiro de 2015 (Brasil, 2015d), que define os parâmetros para garantir as condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais, bem como aquelas cuja identidade de gênero não é reconhecida, em diferentes espaços sociais, sistemas e instituições de ensino. Esta resolução formula orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização.

Destarte, a referida resolução estabelece no § 1º, incisos I e II, a definição de orientação sexual e identidade de gênero, respectivamente, e, no § 2º, o conceito de nome social. Outrossim, o artigo 2º indica que “a informação sobre a orientação sexual ou identidade de gênero do(a) noticiante pode ser autodeclarada e, nesse caso, isso deverá ser informado no momento do preenchimento do boletim de ocorrência pela autoridade policial” (Brasil, 2014, p. 2).

Adiante, o artigo 3º da Resolução nº 12, de 2014, determina que o campo "nome social" deve ser inserido nos formulários e sistemas de informação utilizados nos procedimentos de seleção, inscrição, matrícula, registro de frequência, avaliação e similares.

[...] a inexistência de informação sobre registro de Boletins de Ocorrências ou notificações em sistemas de informações, revela uma das faces da violência institucional, com o agravamento do sofrimento e diminuição da procura de estabelecimentos que, em tese, seriam destinados a proteção e ao acolhimento (Silvia *et al.*, 2016).

Entende-se que a orientação para a inserção dos campos "orientação sexual", "identidade de gênero" e "nome social" nos registros policiais e educacionais, de forma separada, permite mensurar de maneira mais fidedigna e estratificada as agressões e crimes de discriminação e intolerância contra esse público.

Entretanto, em 17 de março de 2015, foi apresentado à Câmara dos Deputados o Projeto de Decreto Legislativo nº 17 (Brasil, 2015b) pelo deputado Pastor Marco Feliciano (Partido Social Cristão – PSC/SP) e o PDC 30/2015 (apensado ao PDC 16/2015) pelos deputados Eros Biondini (Partido Trabalhista Brasileiro – PTB/MG), Fausto Pinato (Partido dos Republicanos – PRB/SP) (Brasil, 2015a, 2015c), Josué Bengtson (PTB/PA) e outros, que propõem sustar a aplicação de ambas as Resoluções. Até o presente momento desta pesquisa, o PDC 16 e 17/2015 encontram-se em tramitação, aguardando a designação de relator na Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial para análise na Câmara.

A partir desta contextualização, observa-se a contradição das práticas institucionais entre os três poderes voltadas para aliviar o sofrimento dos sujeitos considerados excluídos e vulneráveis, que, paradoxalmente, resultam na intensificação desse sofrimento (Souza *et al.*, 2015, p. 770-771).

Assim, vítimas que deveriam ser assistidas pelas instituições governamentais enfrentam invisibilidade estatística devido à não obrigatoriedade de indicação e

identificação nos boletins de ocorrência policiais, registros e frequências educacionais, prontuários e sistemas de informação do SUS, entre outros instrumentos, dispositivos e formulários utilizados pelos serviços públicos, uma vez que não apresentam os atributos necessários e sofrem desqualificação intimamente relacionada à sua identidade de gênero e/ou orientação sexual.

Entende-se que dar visibilidade a estes números colabora para colocar este tema na pauta do debate público, suscitando avanços não só por parte de instituições públicas, como na própria mobilização da sociedade para coibir casos de preconceito e discriminação (Sanches; Contarato; Azevedo, 2018).

As iniciativas citadas sobre os avanços conquistados pela população LGBTQIAP+ não foram as únicas, mas foram destacadas pela importância e relevância que tiveram no período analisado nesta pesquisa (de 1980 a 2020), uma vez que esse foi o período em que se construiu e estruturou uma instância de articulação e implementação de políticas públicas para a população LGBTQIAP+ no Brasil e no Pará. Entretanto, observa-se com preocupação a contínua violação dos Direitos Humanos, disseminada pelo ódio e fobias institucionais, entre outras formas de violência, que negligenciam a formulação e a publicidade de indicadores sociais, especialmente em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Esses indicadores são essenciais para a elaboração de políticas públicas, a participação e o controle social, e, acima de tudo, para a efetivação dos direitos.

### **Sexo, Gênero e Identitárias**

Sexo, gênero e identidade são categorias teóricas fundamentais para os estudos sobre diversidade sexual, acumulando pesquisas em diversas áreas. O gênero, embora frequentemente tratado como um fator de análise pelos cientistas sociais, também é aplicado como um marcador de diferença biológica, linguística e cultural. Nesse



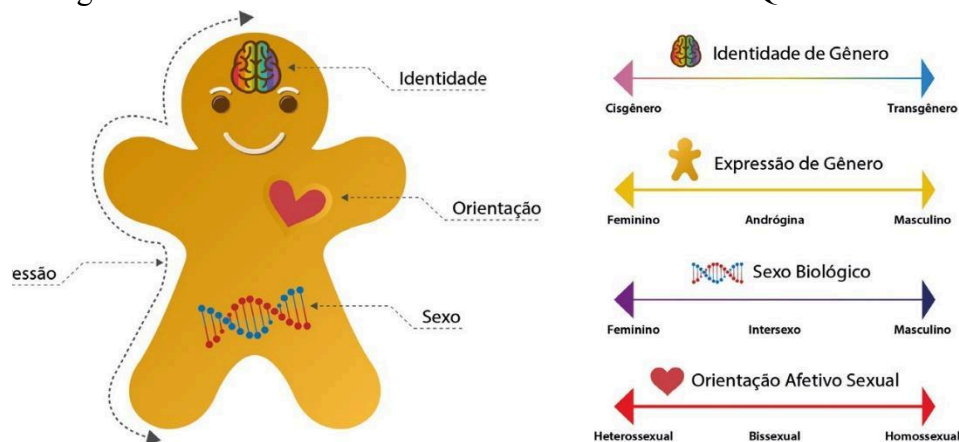
sentido, ele representa um significado atribuído a corpos sexualmente diferenciados (Butler, 2003).

A distinção entre sexo e gênero foi formulada para questionar a ideia de que a biologia define o destino das pessoas. Enquanto o sexo é compreendido como um dado biológico, o gênero é uma construção cultural que não decorre diretamente do sexo e tampouco é fixo (Butler, 2003). Essa compreensão tem impulsionado a construção de subjetividades diversas e a afirmação da livre orientação sexual e identidade de gênero.

Do ponto de vista social, o gênero é determinado por relações e contextos específicos, afastando-se de uma concepção universalista da pessoa. Dessa forma, a identidade de um indivíduo está sempre vinculada às interações sociais em que está inserido (Butler, 2003). Assim, as nomenclaturas contemporâneas expressas na sigla LGBTQIAP+ refletem a inclusão de diferentes orientações sexuais e identidades de gênero, aspecto essencial para a formulação de políticas públicas.

Reis (2018) define o sexo biológico como as características anatômicas e genéticas que a pessoa possui ao nascer, incluindo cromossomos, genitália e composição hormonal. Complementando essa definição, Glaad (2016) introduz o conceito de intersexualidade, que se refere a indivíduos cujas características sexuais não se enquadram nas categorias tradicionais de masculino ou feminino. Essas definições contribuem para a compreensão das demandas do movimento LGBTQIAP+ e suas implicações nas políticas públicas voltadas à diversidade.. As identidades reconhecidas pelo movimento LGBTQIAP+ são apresentadas na figura 1.

Figura 1 – Identidades Coletivas do Movimento LGBTQIAP+



Fonte: Adptado de Killerman (2018).

A Resolução nº 11, de 18 de dezembro de 2014, define identidade de gênero como a experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento. Essa identidade envolve tanto o senso pessoal do corpo, que pode incluir modificações por meios médicos ou cirúrgicos, quanto expressões de gênero, como vestimenta e comportamento (Brasil, 2014).

Nas Ciências Sociais e na Psicologia, o gênero é compreendido como uma construção social, não determinada pela anatomia corporal (Pereira et al., 2007). Dessa forma, a identidade de gênero refere-se à maneira como o indivíduo se reconhece nos padrões sociais, podendo se identificar como feminino, masculino, agênero ou não-binário.

Com o objetivo de evidenciar didaticamente as possibilidades de identidade de gênero, seguem no quadro 1 os principais termos usados nessa categoria e o detalhamento de cada um.

Quadro 1 – Identidade de Gênero

<b>Identidade de Gênero</b>	<b>Detalhamento</b>
Cisgênero	Pessoa que se identifica com o gênero igual ao do sexo biológico. Por exemplo, uma pessoa que nasceu com morfologia feminina e que se identifica como mulher.
Transgêneros	Termo genérico que vale para qualquer pessoa que se identifique com um gênero diferente ao do sexo de nascimento. Por exemplo, transexuais e travestis.
Andrógenos	Refere-se àquele ou àquela que tem características físicas e comportamentais de ambos os sexos, sejam elas masculinas (andro) ou femininas (gyne). Dessa forma, pode ser difícil definir o gênero apenas pela sua aparência física.
Agênero	Pessoa que não se identifica ou não se sente pertencente a nenhum gênero.

Fonte: Adaptado de Brasil (2018, p. 92).

A Resolução nº 11 de 2014, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, estabelece no § 1º, inciso I, a orientação sexual como sendo “uma referência à capacidade de cada pessoa de ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas” (Brasil, 2014, p. 2).

O termo “queer” não incluído no quadro 1, refere-se a indivíduos que fogem do padrão heterocisnormativo, desafiando as normas tradicionais de gênero e sexualidade. Mais do que uma simples orientação sexual, “queer” está relacionado a uma identidade fluida, marcada pela ruptura com identidades fixas e binárias. Essa perspectiva questiona e desconstrói categorias rígidas, permitindo uma maior liberdade de expressão e vivência das diversas formas de ser e se relacionar, além de promover um espaço de resistência à normatividade imposta pela sociedade.

O quadro 2 apresenta os principais termos atuais relacionados à orientação

sexual, acompanhados de uma breve explicação sobre cada um deles:

Quadro 2 – Orientação Sexual

Orientação Sexual	Detalhamento
Bissexual	Indivíduos que sentem atração afetiva/sexual por homens e mulheres.
Homossexual	Gays: homens que sentem atração afetiva/sexual por outros homens.
	Lésbicas: mulheres que sentem atração afetiva/sexual por outras mulheres.
Assexual	Indivíduos que não sentem, ou sentem pouca, atração afetiva/sexual.
Pansexual	Indivíduos que sentem atração afetiva/sexual por pessoas, independente dos seus gêneros.
+	Todos os outros gêneros e orientações afetivas e sexuais, tais como: onissexual, oniafetivo, demissexual, demiafetivo, ceterossexual, ceteroafetivo, outros não citados neste guia, ou ainda, não descritos na literatura, ou que ainda virão existir.

Fonte: Faria Filho *et al.* (2022).

Os indivíduos intersexuais são aqueles que apresentam características biológicas que destoam do padrão binário masculino e feminino, seja em relação aos órgãos genitais, cromossomos ou características hormonais. Essa condição pode se manifestar tanto no sexo biológico quanto, em alguns casos, também nas questões de gênero. É importante destacar que a intersexualidade não se enquadra na categoria de "orientação sexual", uma vez que se refere a uma variação no sexo biológico. Assim, enquanto a orientação sexual está relacionada à atração por outras pessoas, a intersexualidade está mais associada à diversidade nas características sexuais e de gênero, desafiar a ideia de uma binariedade rígida nesses aspectos.

E, de onde vem a sigla LGBTQIAP+? Desde o seu surgimento, o movimento social de luta pelo reconhecimento da diversidade sexual e de gênero passou por

transformações profundas (Ferreira; Sacramento, 2019). Uma dessas transformações ocorreu durante a I Conferência Nacional de Políticas Públicas LGBTQIAP+, realizada em Brasília em 2008. Nessa conferência, foi deliberada a mudança da nomenclatura GLS – Gays, Lésbicas, Simpatizantes, utilizada nas décadas de 1980 e 1990, para o termo LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, a mudança na ordem das letras teve por objetivo dar mais protagonismo às mulheres lésbicas do movimento, visando reconhecer e valorizar as lutas das mulheres feministas e lésbicas, grupos que enfrentaram um histórico de opressões no mundo.

Contudo, o desafio de promover a equidade para essa população, compreendido a partir da perspectiva de suas vulnerabilidades específicas, demanda iniciativas políticas e operacionais voltadas à proteção dos direitos humanos e sociais dessas populações. As articulações entre os coletivos continuaram, e outras orientações sexuais e manifestações de identidades de gênero foram identificadas no contexto da diversidade sexual.

A sigla LGBTQIAP+ passou por transformações ao longo do tempo, refletindo não apenas as demandas da comunidade, mas também os processos políticos e as relações entre diferentes atores sociais. Conforme Facchini (2020), a evolução da sigla não ocorreu exclusivamente por reivindicações diretas das pessoas que ela representa, mas também por influências de gestores públicos, ativistas, pesquisadores, técnicos de políticas públicas e outros envolvidos nos debates sobre direitos e inclusão. A variação na composição do acrônimo reflete disputas e colaborações entre esses atores em distintos contextos políticos e sociais.

A autora utiliza a metáfora de um emaranhado de teias para descrever a complexidade desse processo, em que diferentes grupos - desde organizações da sociedade civil até instituições governamentais e indústrias culturais - contribuem para a formulação e ressignificação das categorias de identidade. Assim, a sigla LGBTQIAP+ expressa um campo discursivo dinâmico, no qual linguagem, práticas e ideais são continuamente negociados e redefinidos, evidenciando tanto a diversidade da



comunidade quanto os desafios de representatividade e reconhecimento enfrentados por seus integrantes.

Vários elementos (sexo biológico, orientação sexual, identidade de gênero e papel sociosexual) interagem de formas variadas, possibilitando que a sexualidade humana seja expressa por uma pluralidade de manifestações.

Esse processo, que é construtivo, é abordado por Gagnon (2006) na Teoria dos Roteiros Sexuais. Para o autor, "roteiro é a organização de convenções mutuamente compartilhadas, que permite que dois ou mais atores participem de um ato complexo que envolva a dependência mútua" (Gagnon, 2006, p. 18).

A Teoria dos Roteiros Sexuais compreende o nível intrapsíquico, que ocorre mentalmente no âmbito individual de cada pessoa: "nesse nível, o indivíduo seria como um dramaturgo que roteiriza sua conduta"; o nível interpessoal, que ocorre nas interações sociais: "no qual o indivíduo é como um ator que atende às expectativas de outras pessoas e norteia sua conduta em termos da conduta alheia"; e o nível cultural, pelo qual se apreendem as convenções construídas acerca de como agir socialmente. Este é o nível em que se aprende "[...] o quê, onde, quando, com quem e por que fazer" (Carrara, 2010, p. 35)

Em uma sociedade, contudo, estruturada no patriarcado (branco, burguês, eurocêntrico, heterossexista) e que, por isso, acumula conflitos históricos de racismo, desigualdade de classes, sexismo e homofobia, a liberdade e o respeito às diferenças são frágeis, pois impõem um padrão de conduta único a ser seguido por todas as pessoas.

### **Estruturas das Políticas Públicas e a Invisibilidade Estatística da População LGBTQIAP+**

A formulação e implementação de políticas públicas para a população LGBTQIAP+ no Brasil ocorrem em um contexto de disputas políticas e institucionais que envolvem atores em diferentes esferas de governo. A relação federativa entre

políticas nacionais e sua execução nos estados e municípios evidencia desafios na adaptação das diretrizes gerais às realidades locais. No caso do Pará, a trajetória dessas políticas reflete tanto os avanços quanto as limitações estruturais e institucionais enfrentadas na promoção dos direitos LGBTQIAP+.

A invisibilidade estatística dessa população é um dos principais entraves para o desenvolvimento de políticas eficazes. Apesar dos esforços para incluir perguntas sobre identidade de gênero e orientação sexual em censos e pesquisas oficiais, a ausência de dados sistematizados impede a formulação de políticas baseadas em evidências. Essa lacuna compromete a alocação de recursos e dificulta a mensuração do impacto das iniciativas governamentais. Em âmbito nacional, o Projeto de Lei nº 420/2021 propõe a inclusão desses dados nos questionários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mas ainda enfrenta resistência política.

No Pará, algumas iniciativas buscaram contornar essa ausência de dados, como a criação da Coordenadoria de Proteção à Livre Orientação Sexual (CLOS) e do Centro de Referência de Prevenção e Combate à Homofobia. Entretanto, a falta de estatísticas específicas dificulta a mensuração da eficácia dessas ações. Além disso, a relação entre governo estadual e movimentos sociais tem sido determinante para o avanço ou retrocesso na implementação dessas políticas.

A análise das políticas públicas voltadas à população LGBTQIAP+ deve considerar não apenas sua formulação, mas também os desafios de implementação e monitoramento. A ausência de estatísticas confiáveis sobre essa população não apenas compromete a efetividade das políticas, mas também reforça processos de exclusão social. Portanto, compreender a relação federativa e os desafios institucionais é essencial para aprimorar as estratégias de inclusão e garantir direitos de forma efetiva.

## **Considerações Finais**

A análise histórica dos marcos normativos no Brasil revela avanços significativos na promoção e garantia dos direitos da população LGBTQIAP+. Contudo, a sexualidade humana continua sendo um tema cercado de tabus e controle estatal, evidenciado pela forma como o Estado lida com as orientações sexuais e identidades de gênero através de diversas instâncias de poder.

A pesquisa destacou a evolução das propostas, programas e planos nas esferas federal, estadual e municipal, enfatizando a importância da participação da Organização da Sociedade Civil na construção das identidades coletivas do movimento LGBTQIAP+. A análise dos avanços e impasses nos poderes Legislativo, Judiciário e Executivo demonstrou a complexidade das reivindicações dessa população e as tensões associadas.

Os resultados indicam a necessidade urgente de desenvolver linguagens e conceitos específicos para criar estatísticas mais detalhadas sobre a população LGBTQIAP+. Identificar as demandas para políticas públicas efetivas contra discriminação e preconceito exige que os governos compreendam e reconheçam as particularidades das identidades de gênero e orientação sexual.

A contribuição da Sociedade Civil Organizada para espaços participativos e a criação de novos espaços mais inclusivos é fundamental. O mérito da pesquisa reside na demonstração da urgência de produzir dados estatísticos sobre a população LGBTQIAP+ e na necessidade de políticas públicas inclusivas e afirmativas. Espera-se que esses resultados ajudem a amadurecer a Administração Pública e incentivem intervenções interdisciplinares que considerem a sexualidade e as lutas dos movimentos sociais.

As Casas Legislativas brasileiras, em todas as esferas, devem demonstrar sensibilidade ao aprovar leis que garantam direitos a populações vulnerabilizadas. Além

disso, é crucial que o Brasil e seus Estados Federados respeitem os acordos e tratados internacionais assinados, assegurando a dignidade humana para todos.

## Referências

ANADEP. **Defensoria do Pará realizará entrega do espaço destinado ao Centro de Referência de Prevenção e Combate à Homofobia do Pará.** Brasília, DF, 2009. Disponível em: <https://www.anadep.org.br/wtk/pagina/impressao?materia=5712>. Acesso em: 7 mar. 2023.

BELÉM. **Bancada Mulheres Amazônidas.** Estabelece a notificação compulsória de violência contra pessoas LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis, Queer, Intersexo, Assexual, Pansexual, Não-binária), atendidas pela rede de saúde pública e privada de Belém. Belém: Câmara Municipal, 2023. Disponível em: <https://cmb.pa.gov.br/wp-content/uploads/2023/03/Proc.-216-2023-Gizelle.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia:** Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em [http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil\\_sem\\_homofobia.pdf](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf). Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 20 dez. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009.** Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2009a. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm). Acesso em: 2 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989.** Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Brasília, DF: Presidência da República, 1989. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7716.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm). Acesso em: 2 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm). Acesso em: 2 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009**. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2009b. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm). Acesso em: 2 jun. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Mandado de Injunção nº 4.733-Distrito Federal**. Direito Constitucional. Mandado de Injunção. Dever do Estado de criminalizar as condutas atentatórias dos direitos fundamentais. Homotransfobia. Discriminação Inconstitucional. Omissão do Congresso Nacional. Mandado de Injunção Julgado Procedente. Relator: Min. Edson Fachin, 13 jun. 2019b. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=753957476>.

Acesso em: 2 jun. 2023.

BRASIL. **Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001**. Altera dispositivos da Lei no 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/mpv/2216-37.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2216-37.htm). Acesso em: 2 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. **Programa Nacional de Direitos Humanos I**. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <https://www.dhnet.org.br/dados/pp/pndh/textointegral.html>. Acesso em: 2 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. **Programa Nacional de Direitos Humanos II**. Brasília, DF, 2002. Disponível em: [https://www.dhnet.org.br/dados/pp/edh/pndh\\_2\\_integral.pdf](https://www.dhnet.org.br/dados/pp/edh/pndh_2_integral.pdf). Acesso em: 2 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. **Manual orientador sobre diversidade**. Brasília, DF: MDH, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011**. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT). Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2011a. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/InstituinoAmbitodoSistemaNacionaldeSaudeIntegralLGBT>. Acesso em: 2 jun. 2023.

BRASIL. **Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 2015**. Susta a aplicação da Resolução nº 12, de 16 de Janeiro de 2015, da Secretaria de Direitos Humanos, da



Presidência da República, que estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais - nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2015a. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao/?idProposicao=1028969>. Acesso em: 2 jun. 2023.

**BRASIL. Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 2015.** Susta a aplicação da Resolução nº 11, de 18 de Dezembro de 2014, da Secretaria de Direitos Humanos, da Presidência da República, que estabelece os parâmetros para a inclusão dos itens "orientação sexual", "identidade de gênero" e "nome social" nos boletins de ocorrência emitidos pelas autoridades policiais no Brasil. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2015b. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1028991&fichaAmigavel=nao>. Acesso em: 2 jun. 2023.

**BRASIL. Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2015.** Susta a Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais - CNDC/LGBT, que "Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais - nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização.". Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2015c. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao/?idProposicao=1188078>. Acesso em: 2 jun. 2023.

**BRASIL. Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2023.** Susta os efeitos do Decreto nº 11.407, de 31 de janeiro de 2023, que institui o Sistema de Participação Social. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2348082>. Acesso em: 2 jun. 2023.

**BRASIL. Projeto de Lei nº 420, de 2021.** Inclui nos questionários aplicados à população pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por ocasião do censo demográfico perguntas sobre orientação sexual e identidade de gênero. Brasília, DF: Senado Federal, 2021. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/146491>. Acesso em: 2 jun. 2023.

**BRASIL. Resolução nº 11, de 18 de dezembro de 2014.** Estabelece os parâmetros para a inclusão dos itens "orientação sexual", "identidade de gênero" e "nome social" nos boletins de ocorrência emitidos pelas autoridades policiais no Brasil. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2014. Disponível em:

<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/87749392/dou-secao-1-12-03-2015-pg-2>. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. **Resolução nº 12, de 16 de Janeiro de 2015- CNCD/LGBT**. Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais – e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais – nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2015d. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/old/cncd-lgbt/resolucoes/resolucao-012>. Acesso em: 2 jun. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 26/2019-DF**. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão – Exposição e Sujeição dos Homossexuais, Transgêneros e demais integrantes da Comunidade LGBTI+ a graves ofensas aos seus direitos fundamentais em decorrência de superação irrazoável do lapso temporal necessário à implementação dos mandamentos constitucionais de criminalização instituídos pelo texto constitucional [...]. Relator: Min. Celso de Mello, 13 jun. 2019a. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur433180/false>. Acesso em: 2 jun. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.277-DF**. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF). Perda Parcial de Objeto. Recebimento, na parte remanescente, como Ação Direta de Inconstitucionalidade. União Homoafetiva e seu reconhecimento como instituto jurídico [...]. Relator: Min. Ayres Britto, 5 maio 2011b. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628635>. Acesso em: 2 jun. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa. **Portal de notícias do Superior Tribunal de Justiça**, Brasília, DF, 13 jun. 2019c. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>. Acesso em: 12 out. 2023.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003.

CARRARA, Sérgio. Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo. **Bagoas: Revista de estudos gays, gênero e sexualidades**, Natal, v. 4, n. 5, p. 132-148, 2010.

DHNET. **O Papel da Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH: Módulo I - Direitos Humanos**. [S. l.], [2024].

FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o "campo" e para a "arena" do movimento LGBTQIAP+ brasileiro. **Bagoas: Revista de estudos gays, gênero e sexualidades**, Natal, v. 3, n. 4, 2009.

FACCHINI, Regina. “De homossexuais a LGBTQIAP+: Sujeitos políticos, saberes, mudanças e enquadramentos”. In: FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins (Orgs.).

Direitos em disputa: LGBTI+. Poder e diferença no Brasil contemporâneo Campinas: Ed. Unicamp. 536 p. 2020.

FARIA FILHO, Fausto de Melo *et al.* **LGBTQIAP+**: um guia educativo. Ceres, GO: IF Goiano, 2022.

FARIAS, Alessandro Sobral. **Discriminação racial**: análise dos procedimentos policiais na região metropolitana de Belém-Pa. 98 f. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) – Programa de Pós-graduação em Segurança Pública, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

FERREIRA, Vinicius; SACRAMENTO, Igor. Movimento LGBTQIAP+ no Brasil: violências, memórias e lutas. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 234-239, 2019. DOI: <https://doi.org/10.29397/reciis.v13i2.1826>.

GAGNON, John. **Uma interpretação do desejo**: ensaios sobre o estudo da sexualidade. Tradução de Lúcia Ribeiro da Silva. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

GIOVANNI, Geraldo. As estruturas elementares das políticas públicas. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – NEPP. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 82, p. 1-23, 2009. Disponível em: <https://tinyurl.com/bdfb73fm>. Acesso em: 26 dez. 2023.

GLAAD. **Media Reference Guide 2016**. New York, 2016. Disponível em: <https://www.glaad.org/reference>. Acesso em: 10 out. 2023.

IBGE. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 2 jun. 2023.

KILLERMANN, Sam. **The Genderbread Person**: version 4. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://www.itspronouncedmetrosexual.com/2018/10/the-genderbread-person-v4/>. Acesso em: 2 jun. 2023.

MELO, Gabriela; SOUSA, Iveli de Paula; ALMEIDA, Marcos Felipe Lopes de (coord.). **Pesquisa Nacional por Amostra da População LGBTQIAP+**: identidade e perfil sociodemográfico. São Paulo: Ministério Público do Estado, 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/ms6pd2kv>. Acesso em: 2 jun. 2023.

OEA. **Resolução AG/RES-2435 (XXXVIII-O/08)**. [S. l.], 2008. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/16/o/pplgbt-180.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2023.

ONU. Consejo de Derechos Humanos. **Resolución 17/19**: Derechos humanos, orientación sexual e identidad de género. [S. l.], 2011. Disponível em: <https://tinyurl.com/3954e446>. Acesso em: 12 out. 2023.

ONU. **Nascidos Livres e Iguais**: orientação sexual e identidade de gênero no regime internacional de direitos humanos. Brasília, DF: Nações Unidas, 2013. Disponível em: [https://www.ohchr.org/sites/default/files/BornFreeAndEqualLowRes\\_Portuguese.pdf](https://www.ohchr.org/sites/default/files/BornFreeAndEqualLowRes_Portuguese.pdf). Acesso em: 23 jun. 2023.

PARÁ. **Decreto nº 726, de 29 de abril de 2013**. Homologa a Resolução nº 210/2012 do Conselho Estadual de Segurança Pública - CONSEP. Belém: Governo do Estado, 2013. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=253927>. Acesso em: 2 jun. 2023.

PARÁ. Delegacia Geral de Polícia Civil. Portaria nº 105, de 10 de abril de 2012. Cria a Diretoria de Atendimento a Grupos Vulneráveis (DAV). **Diário Oficial do Estado**,

Belém, caderno 1, p. 12, 18 abr. 2012a. Disponível em: <https://www.ioepa.com.br/pages/2012/2012.04.18.DOE.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2023.

PARÁ. Delegacia Geral de Polícia Civil. Portaria nº 362, de 19 de outubro de 2012. Determina que por ocasião de atendimento nas unidades policiais de pessoas transexuais e travestis, os policiais civis e demais servidores lotados na Polícia Civil do Estado do Pará, deverão tratá-las pelo nome social, com o qual se identificarem. **Diário Oficial do Estado**, Belém, caderno 1, p. 7, 22 out. 2012b. Disponível em: [https://www.ioepa.com.br/pages/2012/10/22/2012.10.22.DOE\\_7.pdf](https://www.ioepa.com.br/pages/2012/10/22/2012.10.22.DOE_7.pdf). Acesso em: 2 jun. 2023.

PARÁ. **Lei nº 7.029, de 30 de julho de 2007**. Altera a denominação e dispõe sobre a reestruturação organo-funcional da Secretaria Executiva de Estado de Justiça - SEJU, e dá outras providências. Belém: Governo do Estado, 2007. Disponível em: <http://lex.pge.pa.gov.br/atos/view/7889>. Acesso em: 2 jun. 2023.

PARÁ. **Programa Pará sem Homofobia**. Belém: Secretaria de Justiça e direitos humanos, 2008. Disponível em: <http://www.sejudh.pa.gov.br/>. Acesso em: 12 dez. 2023.

PARÁ. **Resolução nº 423/2021-CONSEP**. Plano Estadual de Enfrentamento à LGBTIfobia / 2021-2023 (PEE+LGBTIfobia). Belém: Governo do Estado, 2021. Disponível em: <http://lex.pge.pa.gov.br/atos/view/11737>. Acesso em: 7 mar. 2023.

PARÁ. Secretaria de Estado de Saúde Pública. Portaria nº 960 de 10 de setembro de 2014. Institui o Grupo de Trabalho de Interlocução SESP e Instituições da Sociedade Civil Organizada representante do movimento LGBT e do Fórum Paraense de ONG Aids e Hepatites Virais. **Diário Oficial do Estado**, Belém, caderno 3, p. 15, 18 set. 2014a. Disponível em: <https://www.ioepa.com.br/pages/2014/2014.09.18.DOE.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.

PARÁ. Secretaria de Estado de Saúde Pública. Resolução nº 147, de 07 de outubro de 2014. **Diário Oficial do Estado**, Belém, caderno 3, p. 8, 21 out. 2014b. Disponível em: <https://www.ioepa.com.br/pages/2014/2014.09.18.DOE.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.

PARÁ. Secretaria de Estado de Segurança Pública. **Resolução nº 155/2010-CONSEP**. Cria no âmbito do Sistema de Segurança Pública, o Comitê Gestor responsável pela operacionalização, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação do Plano Estadual de Segurança Pública de Combate à Homofobia, cujo programa de ações e aditivo, dispostos no anexo, foram aprovados pelo Plenário do CONSEP, nas Reuniões Ordinárias nºs 191ª e 197ª, realizadas em 15 de dezembro de 2008 e 11 de maio de 2009, respectivamente. Belém: SSP, 2010. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/146491>. Acesso em: 2 jun. 2023.

PEREIRA, Andreia Barreto. Ministério da Educação (org.). **Gênero e diversidade na escola**: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnicoraciais. Brasília, DF: SPM, 2007.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. **Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero**. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. Disponível em:



[https://site.mppr.mp.br/sites/hotsites/arquivos\\_restritos/files/migrados/File/principiosdeyogyakarta.pdf](https://site.mppr.mp.br/sites/hotsites/arquivos_restritos/files/migrados/File/principiosdeyogyakarta.pdf). Acesso em: 12 out. 2023.

REIS, Toni (org.). **Manual de Comunicação LGBTQIAP+**. 2. ed. Curitiba: Aliança Nacional LGBTQIAP+/ GayLatino, 2018.

RIBEIRO, Raiane Celcina Pinho. La adopción de niños por parejas homoafectivas. **Âmbito Jurídico**, São Paulo, p. 1-21, 2019. Disponível em: <https://tinyurl.com/4p5rc78d> . Acesso em: 12 out. 2023.

SANCHES, Danielle; CONTARATO, Andressa; AZEVEDO, Ana Luísa. **Dados públicos sobre violência homofóbica no Brasil: 28 anos de combate ao preconceito**. Rio de Janeiro: FGV, DAPP, 2018.

SANTOS, Andreia. Deputadas apresentam propostas contra atos racistas e em defesa da comunidade LGBTQIA+. **Portal ALEPA**, Belém, 6 jun. 2023. Disponível em: <https://www.alepa.pa.gov.br/Comunicacao/Noticia/5207>. Acesso em: 2 jun. 2023.

SILVA, Glauber Weder dos Santos *et al.* Situações de violência contra travestis e transexuais em um município do nordeste brasileiro. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 1-7, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2016.02.56407> .

SOUZA, Martha Helena Teixeira de *et al.* Violência e sofrimento social no itinerário de travestis de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 4, p. 767-776, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00077514> .

### **LGBTQIAP+ Identities and Public Policies in Brazil: tensions, challenges and perspectives**

**Abstract:** Even with significant advances in the field of Human Rights at the end of the 20th century and the first decade of the 21st century, there has been an exponential increase in incidents of LGBTphobic violence, particularly institutional hatred and phobia. This scenario highlights the need to investigate, expand, and qualify discussions on the demands of the LGBTQIAP+ population, understanding them from the perspective of legally recognized Human Rights. Thus, this article is part of a larger exploratory research, with a bibliographic and documentary nature, focusing on a specific social reality. Initially, the text presents the most current terminologies related to biological sex and sexual identities, followed by a description of public policies, with a focus on health and safety, emphasizing the Pará case. It then discusses, considering



Sexual Script Theory, existing understandings, and possibilities concerning sexual orientation and gender identity, as well as factors contributing to the perpetuation of invisibility. Recurring attacks from party leaders, religious figures, and institutional representatives against the LGBTQIAP+ population were observed, including the difficulties faced by scholars seeking a basis to interpret the issues of this reality, which resulted in the "social erasure" of these dissenting identities. Consequently, the lack of information, caused by institutionalized neglect, hinders the formulation and dissemination of indicators necessary to develop inclusive and affirmative public policies and programs.

**Keywords:** Human rights. Institutional violence. Sexual scripts theory. Sexual orientation. Gender identity.

**Recebido: 01/11/2024**

**Aceito: 05/04/2024**